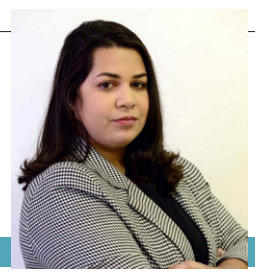
Brasília-DF



LUANA PATRIOLINO (INTERINA, COM EDUARDA ESPOSITO)
luanapatriolino.df@dabr.com.br

É importante lembrar....

... que o maior escândalo do terceiro governo Lula veio à tona próximo de uma data simbólica para o PT e o PDT: o Dia do Trabalhador. Há quem diga que Leonel Brizola, fundador do Partido Democrático Trabalhista, e vice de Lula na chapa de 1998, está agora se revirando no túmulo.

Figura conhecida

Lupi integrou outros governos petistas. Ele chefiou o Ministério do Trabalho durante a gestão de Dilma Rousseff, mas foi demitido na famosa "faxina ética" promovida pela ex-presidente, em 2011. À época, o pedetista foi alvo de denúncias, como a de se beneficiar de convênios irregulares do seu ministério com ONGs.

Sem celular

A Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) não se conformou com a proibição do uso de celular no Supremo Tribunal Federal (STF) no julgamento dos acusados de golpe de Estado. A entidade diz que a decisão "viola frontalmente o livre exercício da advocacia e os direitos da defesa". E fez uma recomendação aos profissionais: "A OAB orienta, de forma expressa, que advogadas e advogados não aceitem a exigência de lacração de celulares como condição para participar de atos judiciais. A medida não encontra respaldo legal e fere prerrogativas profissionais asseguradas pelo Estatuto da Advocacia".

Cuidado com o golpe

A OAB Nacional lançou uma campanha de conscientização e combate ao chamado "golpe do falso advogado". A iniciativa tem como pilares a orientação da população, a prevenção de novas vítimas e a disponibilização de ferramentas práticas, como a plataforma digital ConfirmADV — um site que permite verificar a identidade de advogados, de forma rápida e segura.

Equação difícil de resolver

Figura central no esquema de descontos indevidos do INSS, o ministro da Previdência, Carlos Lupi, vive processo de fritura no Planalto. Aliados do presidente Luiz Inácio Lula da Silva dizem que a situação está insustentável e que é preciso demiti-lo com urgência. Nesse ponto, o petista vive o imbróglio político, pois o chefe da pasta é também o presidente nacional do PDT — e trata-se do único ministério ocupado pela legenda, uma das mais fiéis da base.

Caso Lula demita Lupi, há pontos a se observar. O primeiro é que o tema é sensível e envolve milhões de aposentados e pensionistas, com potencial para afetar negativamente a imagem do presidente e, a depender do trato dado ao caso, influenciar as eleições de 2026. O segundo é que o suposto esquema teve início no governo de Jair Bolsonaro e antigos colaboradores da gestão anterior podem ter os nomes envolvidos nas investigações.

Jefferson Rudy/Agência Senado

Críticas

Em jantar com jornalistas, o senador Carlos Portinho (PL-RJ, **foto**), presidente da Frente Parlamentar pelo Livre Mercado (FPLM), teceu críticas à PEC da Segurança Pública, apresentada pelo governo federal. Para o parlamentar, o texto transfere a coordenação das forças para o governo, tirando o poder de decisão das unidades da Federação. Segundo ele, a União "não tem competência" para comandar operações nos estados e no Distrito Federal por falta de conhecimento sobre a realidade de cada região.

A solução

Para Portinho, o que resolveria mesmo seria uma ação de cooperação entre as unidades da Federação e a União com as forças federais — como Polícia Federal (PF) e Polícia Rodoviária Federal (PRF). As unidades teriam o poder de decisão das operações e contariam com o trabalho de inteligência das forças federais, segundo o parlamentar.

Bets na mira

Mesmo com a regulamentação, o setor de apostas esportivas tem sido alvo de questionamentos. Agora, o debate gira em torno das propagandas excessivas. Uma parte dos parlamentares é a favor da proibição integral da publicidade, como ocorreu com a indústria do cigarro. Por outro lado, outros são a favor de preservar os patrocínios.

CONGRESSO

Sóstenes usa Carta e não responde Dino

Deputado se nega a explicar ameaça de romper acordo e ficar com 100% das emendas de comissão para forçar tramitação da anistia

» MAIARA MARINHO

Fellipe Sampaio/STF

Ao dar o endosso, Dino frisou que houve "avanços" e "comprometimento"

Apesar de ter remetido resposta determinada pelo ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal, sobre a possibilidade de utilizar as emendas de comissão para fazer acordos políticos em defesa da tramitação do projeto de lei para anistiar os envolvidos na tentativa de golpe de Estado de 8 de janeiro de 2023, o deputado federal Sóstenes Cavalcante (PL-RJ) nada esclareceu ao magistrado. Recorreu ao artigo 53 da Constituição para se furtar de dar explicações.

O parlamentar emitira a opinião sobre a utilização das emendas em uma entrevista. Mas, ao ministro, frisou que "amparado no disposto no art. 53 da Constituição Federal, consigno que fico eximido de apresentar quaisquer explicações sobre o conteúdo da referida entrevista concedida exclusivamente no âmbito do exercício do mandato parlamentar". Segundo o que está previsto no dispositivo da Carta, "os deputados e senadores são invioláveis, civil e penalmente, por quaisquer de suas opiniões, palavras e votos".

Em 27 de abril, Dino deu 48 horas para que Sóstenes explicasse o que quisera dizer com a aplicação de emendas parlamentares para barganhar o PL da anistia. O deputado ameaçou o presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (Republicanos-PB), a adverti-lo de que, caso a proposta para a liberação dos bolsonaristas que promoveram a depredação das sedes dos Três Poderes não avance, o PL pode assumir 100% do controle das emendas nas comissões que são presididas pela legenda.

Na mesma entrevista, o líder do PL afirmou que o acordo prevê que as emendas de comissão sejam divididas assim: 30% do total a que o colegiado tem direito ficam com o partido que o comanda; os outros 70% são distribuídos por Motta aos outros partidos. A legenda de Sóstenes tem direito a cerca de R$ 6,5 bilhões em emendas de comissão.

Para Dino, a ameaça de Sóstenes pode indicar a repetição de práticas incompatíveis com o princípio da transparência que o STF cobra do Congresso. "As declarações atribuídas ao líder do PL na Câmara, deputado Sóstenes Cavalcante, se verdadeiras, poderiam indicar que emendas de comissão estariam novamente em dissonância com a Constituição Federal e com a Lei Complementar 210/2024", frisou o ministro.

As declarações atribuídas ao líder do PL na Câmara, deputado Sóstenes Cavalcante, se verdadeiras, poderiam indicar que emendas de comissão estariam novamente em dissonância com a Constituição e com a Lei 210/24"

Ministro Flávio Dino, *sobre a ameaça do deputado*